

TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Maria das Graças Bueno da Silva¹

RESUMO

A temática deste trabalho é verticalizada para a questão do lugar da educação escolar e do trabalho dos professores nos discursos e práticas da atual política educacional no Brasil, no contexto da discussão da reorganização do mundo do trabalho, pelo qual passa a sociedade capitalista nas últimas décadas.

Palavras Chave: profissionalização e educação, políticas educacionais, tecnologia e formação.

ABSTRACT

The topic of this work is directioned to scholar education and in the teachers work in the practices and discourses on the actual educational politics in Brazil, in the context of the reorganization discussion of the world which the capitalist society is crossing on the last decades.

Keywords: profession and education, educational politics; technology and background.

A organização deste se dá a partir das seguintes temáticas: 1) as mudanças no mundo do trabalho e o lugar da educação; 2) as orientações internacionais para a política educacional no Brasil; 3) o sentido da profissionalização das ações da escola e do papel do professor nas mudanças no mundo do trabalho.

O pressuposto que orienta as temáticas é de que a educação e o trabalho que são realizados na escola, portanto dos professores, são reivindicados no discurso neoliberal, para a construção da nova reorganização do mundo do trabalho, vistos como instrumentos da formação e profissionalização para o setor produtivo. Assim, o artigo tem o objetivo de contribuir com as discussões que caminham no sentido de compreender o lugar do trabalho na política educacional na atual conjuntura brasileira.

1. As mudanças no mundo do trabalho e o lugar da educação

O capitalismo engendra nas últimas décadas um processo de transformação em suas formas de organização e produção que vem configurando mudanças principalmente nas relações de negociação e contratação do trabalho. Estas mudanças têm suscitado questionamento sobre a sustentabilidade social do trabalho. Nesta perspectiva, autores como Schaff, Offe e Kurtz, analisados por Frigotto (1996), sinalizam para a crise da sociedade do trabalho e deste como categoria de análise da sociedade:

Não há como negar mudanças profundas no conteúdo, na divisão, na quantidade e qualidade de trabalho demandado no processo produtivo da fase atual do capitalismo. Todavia, parece-nos problemático deduzir da crise do trabalho no interior das relações capitalistas de produção e das mudanças de sua natureza a perda da centralidade do mesmo na vida humana. (Frigotto, 1996, p. 108)

A centralidade nos parece estar intimamente ligada às bases de sustentação do capitalismo, ou seja, à propriedade privada sob a qual incide e se define o trabalho. Neste ponto, a concentração da propriedade tende a acirrar-se possibilitando ao capitalismo expurgar entraves de uma lógica produtiva gerada em fases anteriores.

Para a lógica produtiva das últimas décadas, as explicações apontam o esgotamento de modelos econômicos e as crescentes inovações tecnológicas:

O esgotamento nos anos 70 do ciclo de acumulação iniciado no pós-guerra, caracterizado pelo declínio das taxas de crescimento e posterior crise estrutural nas economias centrais, deslançou um profundo processo de reestruturação tecnológica e produtiva, nos países industrializados, e a emergência do processo de globalização, que se intensificou nas décadas seguintes. (Soares, apud Warde, 1999)

O modelo econômico que vem se configurando nas décadas de 1980 e 1990 tem como expressão política o neoliberalismo e a internacionalização da economia, que se explicitam na tese do “Estado Mínimo”. O

neoliberalismo e a internacionalização da economia pregam a valorização dos setores privados em todos os níveis, com ênfase no privatismo e nas práticas de modernização dos setores produtivos como condição para a manutenção da competitividade e qualidade para o desenvolvimento econômico e social dos países.

Neste contexto, as relações na organização e negociação do trabalho aparecem atreladas à política de racionalização de tempo, na ênfase da automação, na ampliação dos setores de serviços, nas contratações temporárias e na busca pela qualidade da produção. Essas mudanças se orientam para a reorganização das relações de trabalho interno nas empresas, na busca da qualificação das pessoas envolvidas no processo produtivo, a fim de uma adaptabilidade às novas exigências do setor. Entretanto é possível pontuar outra face da mesma moeda: a miséria social que se descortina na carência das condições da vida da maioria das populações e que revela um processo de marginalização legalizado pelas regras do mercado. As exclusões no mundo do trabalho percebidas pelos crescentes índices de desemprego são justificadas pelo esgotamento de algumas profissões e pela necessidade de profissionalização.

É nesse campo conflituoso entre modernização e exclusão que a Educação e o trabalho dos professores são reivindicados em políticas de tom compensatório e redentor, como baluartes do desenvolvimento econômico dos países.

As análises acadêmicas já pontuaram o novo perfil de trabalhador exigido pelas mudanças do setor produtivo: a qualificação é agora definida pelos critérios da acentuada formação geral, pelo desenvolvimento de habilidades cognitivas, pela flexibilidade de raciocínio, pela capacidade de resolução de problemas de decisões, que acabam por definir os critérios da profissionalização. A educação, principalmente a educação escolar, é posta como decisiva para a efetivação da formação desse novo profissional. Em função disso devemos apreender as mudanças que as políticas educacionais postulam para a escola e para o trabalho que ela realiza diante das mudanças do mundo do trabalho.

Tanto o sentido de educação, quanto o de educação escolar, conseqüentemente do trabalho em educação, têm sido subordinados aos interesses do mercado; portanto, ao setor econômico. Sua lógica de organização bem como os seus resultados são avaliados em função das necessidades dos setores produtivos.

A importância atribuída à educação, pelo pensamento industrial brasileiro, pode ser explicitada na seguinte fala:

Numa visão empresarial [...] compreende-se que a qualidade e produtividade, condições essenciais para o aumento da competitividade, estão intimamente relacionadas ao nível de educação da sociedade e ao próprio exercício da cidadania. (IEL, 1994, v. 3, apud Rodrigues, 1996)

Os conceitos de cidadania e competitividade estão articulados sutilmente no discurso

empresarial. Cabe à escola atender aos requisitos do setor econômico, na formação do cidadão, entendido este como um potencial consumidor para o mercado.

Diante do quadro que se acentua, Frigotto (1996) nos ajuda a definir o lugar da educação, que deixa de ser um direito e transforma-se em serviços, em mercadoria, ao mesmo tempo em que se acentua o dualismo educacional: diferentes qualidades de educação para ricos e pobres. Portanto as condições de acesso à profissionalização vêm se tornando seletivas, uma vez que a educação pública de qualidade, uma das bandeiras da manutenção da educação para as classes trabalhadoras, vem sendo desarticulada através de mecanismos de privatização nas instituições formadoras. Warde (1996) alerta que a subordinação da educação ao campo econômico é sempre uma visão reducionista, pois “a esfera econômica é o território das leis naturais que, para funcionarem, precisam expurgar as ações humanas”.

Trata-se, portanto, de reconhecer que a educação é o lugar por natureza das ações humanas, que, quando subjugadas a outras esferas, torna-se objeto de especulação, e, ao descaracterizar-se, afasta-se de seus propósitos.

2. As orientações internacionais para a política educacional no Brasil

No Brasil não há como falar em política educacional nos últimos anos sem fazer

referências às instituições internacionais gestoras e financiadoras em grande parte de tal política. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional têm-se constituído nas principais agências de caráter financeiro e ideológico dos projetos educacionais brasileiros e dos demais países latino-americanos.

As concepções e estratégias para implantação e desenvolvimento da educação nos países de terceiro mundo, entre eles o Brasil, são elaboradas e difundidas em congressos, reuniões e simpósios internacionais, como a Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, realizada em Jomtien (Tailândia) em 1990, em que se estabeleceram as principais metas para a educação no final do milênio.

Segundo dados da Unicef, estima-se que 855 milhões de pessoas – mais de um sexto da humanidade – serão analfabetas funcionais no final deste século. Esses dados têm orientado as metas para a educação de adultos, visando a equacionar o acesso à educação.

Constituem também referências para a política educacional da educação básica, sendo uma das metas prioritárias “colocar todas as crianças do mundo na escola primária até o ano 2000”. Difunde-se, então, a tese da “revolução na educação”, a partir de novas orientações para o setor.

Para os países latino-americanos e Caribe, o Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal da Educação – América Latina e Caribe (Promedlac) – a partir do projeto “Educação para Todos”, elabora suas

recomendações para as políticas dos países membros. Do comitê fazem parte os ministros da educação, que reiteram os compromissos firmados.

É interessante assim pontuar algumas das orientações da reunião do Promedlac V, realizado no Chile em 1993, que elaborou para o período de 1993 a 1996 as recomendações para que as propostas firmadas em nível internacional sejam a base norteadora para os países latino-americanos e Caribe. Este período coincide no Brasil com o “Plano Decenal de Educação para Todos” (1993 a 2003), elaborado com o apoio da Unesco. Essas recomendações foram incorporadas ao Plano Decenal e projetos subseqüentes na política educacional brasileira (final do governo Collor/Itamar 1990 a 1994), porém é no primeiro governo de Fernando H. Cardoso (1995 a 1998) que essas orientações são visíveis nas ações do MEC.

É nas orientações do Promedlac V, portanto em suas teses, que acreditamos estar ancorada a concepção neoliberal que vem sustentando as atuais políticas para o setor educacional no Brasil.

Não é necessário muito esforço para percebermos a reedição de tais teses no discurso do MEC. Observemos como o Comitê amarra a educação aos interesses econômicos:

O êxito dos países da região, para inserir-se na economia internacional, dependerá, em grande parte, da modernização de seus sistemas educacionais e das melhorias que estes possam introduzir nos processos educativos [...] Os países

da região não estarão em condições de enfrentar os desafios do século XXI se não alcançarem antes a base educacional, que lhe permita uma inserção competitiva no mundo. (Promedlac V, MEC/Unesco, 1993, p. 9)

A visão reducionista e redentora da educação presente nestas orientações se configura nas ações e discursos na política do MEC. No editorial do *Jornal do MEC* de 1997, com o título “1997 consolida mudanças na educação” apontam-se os programas implantados no ano: o “Exame Nacional de Cursos” (o provão), a “Avaliação do livro didático”, a “TV Escola”, o “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”, os “Parâmetros Curriculares Nacionais” e ainda o programa “Toda Criança na Escola”. Segundo o editorial, a realização desses projetos

é o sinal mais evidente de que a sociedade brasileira, neste ano de 1997, passou a ver a Educação não apenas como uma bandeira, mas também como uma condição para que o país avance rumo ao próximo milênio, preparando para disputar o seu espaço na nova ordem econômica mundial e, sobretudo, pronto para melhorar as condições de vida dos seus cidadãos. (*Jornal do MEC*, 1997, n. 5)

No ano de 1998, as ações do MEC continuam no sentido de implementar estas orientações, através da ênfase na profissionalização, que constitui a tese central do comitê: “profissionalizar a ação nos Ministérios de Educação e em outras administrações

educativas”.

Assim entende o comitê:

O conceito-chave para se iniciar uma nova etapa no desenvolvimento educacional está no conceito de profissionalização das atividades de educar, e que a política central é a profissionalização da ação dos Ministérios, e das outras administrações, bem como a profissionalização do que acontece nas escolas e na sala de aula. (Casassus, 1993, p. 9)

Nestas concepções observamos prevalecer uma sistematização vertical em que as instâncias hierárquicas estão organizadas, de forma que toda a ação se articule no sentido de que as competências de cada nível garantam os resultados esperados.

3. O sentido da profissionalização das ações da escola e do trabalho do professor nas mudanças no mundo do trabalho

Pelas discussões apresentadas é possível constatar que a escola, principalmente a escola pública, ocupa um lugar estratégico no discurso e nas práticas de políticas atuais, em função das intenções de adaptar a sua organização e o seu trabalho às propostas de modernização na conjuntura da produção capitalista.

Como escola, consiste no lugar da efetivação dos projetos nacionais; sua eficiência, portanto, também passa a depender da profissionalização de suas ações. Esta profissionalização é entendida no sentido de fortalecer as funções técnicas e

administrativas no marco das orientações da política nacional.

A modernização na escola passa pela exigência da elaboração de uma nova gestão, da capacidade de implantar projetos administrativos e da eficiência na avaliação dos seus resultados.

Os professores são vistos como os principais agentes das reformas no setor e responsáveis pela qualidade dos resultados da aprendizagem.

Os professores estão no coração da revolução educacional; sem eles, qualidade seria impossível. As condições de ensino, incluindo salários, precisam ser melhoradas em todo o mundo, para que seja possível romper o círculo vicioso de desmoralização e de declínio das décadas de 80 e 90. Ao mesmo tempo, os professores devem modificar suas práticas de ensino, passando a trabalhar segundo um modelo de aula centrado na criança, e não um modelo dominado pelo professor. (Relatório da Unicef, 1999, p. 5-6)

No entanto esses discursos se calam diante das questões prementes para a realização do trabalho na escola. Quem trabalha com a formação de professores, ou mesmo quem mantém contato com a escola pública no Brasil, percebe as contradições entre a ênfase dada pelo discurso neoliberal e os limites que a realidade escolar nos mostra.

As condições de trabalho na escola, especificamente dos professores, não mostram alterações significativas dentro ou fora da sala de aula. O que podemos constatar é que a ênfase na avaliação dos

resultados acentua o controle do fazer, do ser professor, e reforça o conhecimento como mercadoria de qualidade produzida na sala de aula.

A profissionalização nos cursos de formação mantém dissociada das discussões pedagógicas a compreensão do lugar do trabalho da educação e dos professores como trabalhadores no contexto da sociedade e das relações de trabalho da sociedade capitalista. Enquanto no discurso neoliberal os projetos implantados para a educação enfatizam os professores como “agentes totalizadores, a arma da reforma”, estes convivem com o processo de desmonte da representabilidade e do poder de reivindicação. Esse processo, a partir dos anos 80, com as freqüentes mudanças na política salarial, a recessão e quase todos os planos econômicos, surtiu um efeito depressivo sobre os níveis salariais, afetados pelas crises nas finanças públicas e pela elevação dos níveis da inflação.

Os professores assistem ao desmantelamento dos direitos conquistados para a categoria, em função de medidas de racionalização dos serviços públicos, que se traduzem em ameaças de desemprego, ao mesmo tempo em que o seu poder de reivindicação vem sendo minado pelo pouco efeito que as últimas greves (instrumento de obtenção de suas reivindicações) surtem em relação ao apoio da sociedade. O discurso oficial se empenha em esvaziar esse apoio quando coloca os servidores públicos, entre estes os professores, como causa principal da má qualidade dos serviços e da educação,

justificando assim os baixos salários e as indefinições da política salarial. Por outro lado, a legislação atual não avança na questão salarial, considerada nos projetos governamentais “como fator de incentivo ao trabalho”, o que desloca a discussão do valor atribuído ao trabalho dos professores para um campo compensatório. A falta de consideração tem relegado esse trabalho à condição de “bico”, e o salário visto como complemento de outras remunerações de atividades paralelas que os professores vêm desempenhando.

Portanto é preciso pensar a escola e o trabalho que os professores realizam, a partir de questões que evidenciam as dimensões da qualidade e da profissionalização exigidas pelas mudanças no mundo do trabalho e como este incide sobre a escola e a educação.

REFERÊNCIAS

- BELLANY, Carol. *Situação mundial da Infância 1999: educação para todos transformando um direito em realidade*. [Relatório da Unicef].
- CASASSUS, Juan. *A profissionalização: eficácia política ou eficiência técnica?* Brasília: MEC, 1993. (Série Atualidades Pedagógicas).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- RELATÓRIO DE DADOS DA UNICEF:**
“Situação mundial da infância 1999: educação para todos transformando um direito em

realidade”.Unicef, 1999.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.*

Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas.

WARDE, Mirian Jorge. Formação docente e a seita dos economistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. Endipe 8, v. 2, 1996, Florianópolis.

Anais...Florianópolis: NUP, CED, UFSC, 1996. p. 7-16.

1997 consolida mudanças na Educação.

Jornal do MEC, Brasília, 1997. Editorial, ano 10. n. 5, p. 6.

Recomendações da V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal da Educação. América Latina e Caribe. In: REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL INTERGOVERNAMENTAL DO PROJETO PRINCIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Brasília: MEC, 1993.

^{1*} Mestranda em Educação Brasileira da UFG, 1999, Professora de Prática de Ensino do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Goianésia - Universidade Estadual de Goiás.